

No. 32951

**UNITED NATIONS
(ECONOMIC COMMISSION
FOR LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN)
and
BRAZIL**

Technical Cooperation Agreement based on the revised standard Agreement between the Government of the United States of Brazil and the United Nations, its specialized agencies and the International Atomic Energy Agency and on the Agreement between the Federative Republic of Brazil and the United Nations on the functioning of the Brasília office of the Economic Commission for Latin America and the Caribbean. Signed at Brasília on 25 April 1996

Authentic text: Portuguese.

Registered ex officio on 1 July 1996.

N° 32951

**ORGANISATION DES NATIONS UNIES
(COMMISSION ÉCONOMIQUE
POUR L'AMÉRIQUE LATINE ET LES CARAÏBES)
et
BRÉSIL**

Accord de coopération technique fondé sur l'Accord type d'assistance technique entre le Gouvernement des États-Unis du Brésil et l'Organisation des Nations Unies, ses institutions spécialisées et l'AIEA, ainsi que sur l'Accord entre la République fédérative du Brésil et l'Organisation des Nations Unies, relatif au fonctionnement du bureau de la Commission économique pour l'Amérique latine et les Caraïbes. Signé à Brasília le 25 avril 1996

Texte authentique : portugais.

Enregistré d'office le 1^{er} juillet 1996.

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

COMPROMISSO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O GOVERNO BRASILEIRO E A COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE, FUNDADO NO ACORDO BÁSICO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL E A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, SUAS AGÊNCIAS ESPECIALIZADAS E A AIEA E NO ACORDO ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A FUNCIONAMENTO DO ESCRITÓRIO DA COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE

O Governo da República Federativa do Brasil
e a
Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe,
(doravante denominados “Partes Compromitentes”),

CONSIDERANDO:

Que as relações de cooperação entre as Partes Compromitentes têm sido fortalecidas ao amparo do “Acordo Básico de Assistência Técnica entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e a Organização das Nações Unidas, suas Agências Especializadas e a AIEA”, de 29 de dezembro de 1964, e do “Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas para o Funcionamento do Escritório no Brasil da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe”, de 27 de julho de 1984;

Que a cooperação técnica para a viabilização de ações programáticas, com enfoque centrado no desenvolvimento econômico e social, se reveste de especial interesse para as Partes Compromitentes;

Que a cooperação entre as Partes Compromitentes na referida área atende às finalidades do Governo brasileiro, bem como aos objetivos da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe.

Comprometem-se com o seguinte:

TÍTULO I

DO OBJETO

Art.1º. O presente Compromisso de Cooperação Técnica visa à prestação de cooperação técnica pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe ao Governo brasileiro, para a implementação de ações programáticas, com enfoque centrado no desenvolvimento econômico e social, nas áreas de pesquisa, treinamento de recursos humanos e outras modalidades de cooperação técnica, tais como seminários, simpósios, estágios e intercâmbio de técnicos.

TÍTULO II

DA EXECUÇÃO

Art.2º. O Governo da República Federativa do Brasil designa:

I - a Agência Brasileira de Cooperação, doravante denominada "ABC", como instituição responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das ações decorrentes do presente Compromisso de Cooperação Técnica; e

II - o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, doravante denominado "IPEA", como instituição responsável pela proposição e coordenação das ações decorrentes do presente Compromisso de Cooperação Técnica.

Art.3º. A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, doravante denominada "CEPAL", designa o seu Escritório no Brasil como instituição responsável pela implementação das ações decorrentes do presente Compromisso de Cooperação Técnica.

TÍTULO III

DA OPERACIONALIZAÇÃO

Art.4º. Para a operacionalização do presente Compromisso de Cooperação Técnica, a ABC, o IPEA e a CEPAL desenvolverão, conjuntamente, no que lhes couber, as ações e atividades decorrentes deste Instrumento.

Art.5º. As ações e atividades desenvolvidas no âmbito deste Compromisso de Cooperação Técnica, para atender ao seu objeto, serão delimitadas em Programas de Trabalho anuais concebidos pelo IPEA e submetidos à ABC, que os encaminhará à CEPAL.

Parágrafo Primeiro. Os Programas de Trabalho anuais mencionados no *caput* deste artigo terão de inscrever-se nos princípios gerais da cooperação técnica e deverão ser discutidos, previamente, para a circunscrição do objeto, com a ABC, que, por competência regimental, articula-os e negocia-os com órgãos e entidades nacionais, estrangeiras e internacionais, públicas e privadas.

Parágrafo Segundo. Os Programas de Trabalho anuais de que trata este artigo poderão ser alvo de revisões periódicas tanto no que concerne às atividades estabelecidas para atingir ao objeto contratado, como no relativo ao orçamento estipulado para a consecução do mesmo.

I - As revisões periódicas, que deverão ser processadas por solicitações fundamentadas em justificativas técnicas, poderão ser propostas:

a) pelo IPEA; e

b) pela CEPAL.

Parágrafo Terceiro. A CEPAL designará e manterá, em caráter permanente, um Diretor que se responsabilizará pela direção, administração e orientação das atividades do seu Escritório no Brasil, e responderá pela coordenação das atividades do Sistema CEPAL no Brasil e pela implementação das ações decorrentes do presente Compromisso de Cooperação Técnica.

Parágrafo Quarto. O Presidente do IPEA, ou pessoa por ele designada, será o responsável pela proposição e coordenação das atividades do presente Compromisso de Cooperação Técnica.

TÍTULO IV

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES COMPROMITENTES

Art.6º. Ao Governo brasileiro caberá:

I - por intermédio da ABC:

a) exigir dos executores o cumprimento de todas as cláusulas constantes deste Compromisso de Cooperação Técnica, assim como dos Instrumentos apensos.

II - por intermédio do IPEA:

a) propor e coordenar os trabalhos a serem implementados com fundamento neste Compromisso de Cooperação Técnica;

b) definir os produtos a serem alcançados para cada item do Programa de Trabalho, que serão qualificados por Termos de Referência e respaldados pelos recursos efetivamente liberados;

c) analisar os Termos de Referência para cada um dos produtos a executar e, em consequência, indicar o perfil dos consultores a contratar, o tempo necessário para sua realização e os técnicos da contraparte que participarão da elaboração do produto;

d) aprovar cada um dos produtos finais realizados e solicitar as modificações necessárias;

e) elaborar Relatórios de Progresso, nos moldes estabelecidos, pela ABC, para o acompanhamento de projetos de cooperação técnica internacional;

f) transformar em publicações os produtos finais, se assim julgar conveniente;

g) ceder espaço físico, na sede do IPEA, para viabilizar a execução das ações e atividades que serão realizadas com base no presente Compromisso de Cooperação Técnica.

Art.7º. À CEPAL caberá:

a) implementar as ações decorrentes deste Compromisso de Cooperação Técnica;

b) selecionar, para contratação, especialistas e consultores, por força deste Compromisso de Cooperação Técnica, conforme os procedimentos administrativos e financeiros concernentes à matéria, mediante prévia consulta à ABC e ao IPEA;

c) cooperar com especialistas de seu quadro regular, segundo a disponibilidade do seu programa, ou com consultores contratados, de acordo com as solicitações do IPEA, compatibilizadas as funções destes com as atividades e recursos definidos nos Programas de Trabalho e Termos de Referência para cada produto;

d) utilizar-se das facilidades de que dispõe como organismo internacional para a cooperação técnica recíproca, quando solicitada pelo IPEA;

e) participar do acompanhamento e da avaliação dos trabalhos executados;

f) apresentar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contado a partir do término da vigência do presente Compromisso de Cooperação Técnica, um relatório final sobre

o desenvolvimento de suas atividades, bem como avaliação dos resultados alcançados;

g) organizar e coordenar ações de cooperação técnica horizontal, que permitirão o connecimento de experiências e metodologias desenvolvidas em outros países em temas relativos ao objeto deste Compromisso de Cooperação Técnica;

h) executar as ações supra, por meio de missões de estudo, que contarão com pessoal designado pelo IPEA, e destinar-se-ão a países com os quais se estabeleçam programas nesse sentido, podendo constituírem-se em missões de funcionários daqueles países para apoiar programas específicos, condicionadas à disponibilidade do pessoal técnico indicado;

i) organizar ações de capacitação de recursos humanos, estabelecidas em comum acordo com o IPEA.

TÍTULO V

DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art.8º. Para a execução deste Compromisso de Cooperação Técnica, o IPEA se compromete a destinar, no período de 1º de janeiro de 1996 a 31 de dezembro de 1999, quantia não inferior a R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), correspondendo a um valor mínimo anual de R\$ 1.000.000,00 (hum milhão de reais), a ser liberado trimestralmente, de acordo com os Planos de Aplicação.

Parágrafo Primeiro. A contribuição da CEPAL será, no mínimo, equivalente a 50% (cinquenta por cento) da participação financeira do IPEA.

Parágrafo Segundo. As despesas a que se refere o *caput* deste artigo serão atendidas à conta do "Programa -0300900452017-0016 - PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS - COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL)" Elemento 347239 - Transferências a Organismos Internacionais - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, do orçamento do IPEA, devendo as Notas de Empenho ser emitidas no início de cada exercício financeiro para cobertura das despesas referentes ao período especificado neste Artigo.

Parágrafo Terceiro. O IPEA liberará os recursos deste Compromisso em parcelas trimestrais, em moeda nacional, mediante solicitação do Escritório da CEPAL no Brasil, após a aprovação dos respectivos Planos de Aplicação, observado, de qualquer forma, o disposto no *caput* deste Artigo.

Parágrafo Quarto. A partir da 3ª (terceira) parcela, inclusive, a liberação dos recursos ficará condicionada à comprovação dos gastos realizados pela CEPAL, referente à 1ª (primeira) parcela liberada e assim sucessivamente.

Parágrafo Quinto. A participação financeira do IPEA destina-se também a fazer face a gastos com atividades de suporte, necessárias à execução deste Compromisso de Cooperação Técnica, de acordo com os Programas de Trabalho anuais e conforme explicitado nos Planos de Aplicação previamente aprovados.

Parágrafo Sexto. O saldo de cada exercício financeiro será transferido para o exercício seguinte, durante a vigência deste Compromisso.

TÍTULO VI DA CONTRIBUIÇÃO DA CEPAL

Art.9º. A contribuição da CEPAL dar-se-á por meio:

I - da alocação de quatro técnicos internacionais de alto nível para a execução do presente Compromisso de Cooperação Técnica;

II - da participação eventual de técnicos do Sistema CEPAL, quando prevista nos Programas de Trabalho;

III - do financiamento de gastos de funcionamento do Escritório da CEPAL no Brasil.

Art.10. Os compromissos assumidos pela CEPAL, a serem financiados com recursos do presente Compromisso de Cooperação Técnica, não poderão, em sua execução, extrapolar o prazo de vigência deste instrumento.

TÍTULO VII DA PRESTAÇÃO DE CONTAS E DO RELATÓRIO FINAL

Art.11. A CEPAL prestará contas ao IPEA dos recursos aplicados em razão deste Compromisso de Cooperação Técnica, mediante relatórios técnico-financeiros, apresentados trimestralmente, com demonstração discriminada das despesas realizadas no período.

Parágrafo Primeiro. A CEPAL obriga-se, ainda, a apresentar um relatório financeiro final até 60 (sessenta) dias após o término de cada exercício financeiro e ao término da vigência deste Compromisso de Cooperação Técnica.

Parágrafo Segundo. A comprovação final dos gastos realizados pela CEPAL deverá ser entregue ao IPEA até o 60º (sexagésimo) dia após o término da

vigência deste Compromisso e dela deverá constar a demonstração da aplicação dos recursos repassados pelo IPEA, bem como o comprovante da devolução do saldo não utilizado.

TÍTULO VIII

DO PESSOAL

Art.12. A contratação de pessoal pela CEPAL, para executar as atividades previstas no âmbito deste Compromisso de Cooperação Técnica, será regida pelas disposições dos regulamentos administrativos, financeiros e de pessoal das Nações Unidas.

TÍTULO IX

DO CRÉDITO À PARTICIPAÇÃO E DA DIVULGAÇÃO

Art.13. A CEPAL e o IPEA consultar-se-ão a respeito da conveniência da reprodução, publicação e divulgação de trabalhos e outros produtos da cooperação técnica advindos deste Compromisso de Cooperação Técnica, sendo observado o devido crédito à participação de cada uma das Partes Compromitentes.

Parágrafo Único. O IPEA obriga-se a indicar, expressamente, a participação da CEPAL em toda divulgação que fizer das atividades desenvolvidas em decorrência da execução deste Compromisso de Cooperação Técnica, ficando terminantemente vedado incluir ou, de qualquer forma, fazer constar, na publicação ou veiculação dos trabalhos dele decorrentes, nomes, marcas, símbolos, logotipos, combinações de cores ou sinais, ou imagens que caracterizem ou possam caracterizar promoção de cunho pessoal ou de caráter comercial.

TÍTULO X

DA MODIFICAÇÃO

Art.14. O presente Compromisso de Cooperação Técnica poderá ser modificado por assentimento das Partes Compromitentes mediante notificação.

TÍTULO XI

DOS BENS E SALDOS FINANCEIROS

Art.15. Ao término do presente Compromisso de Cooperação Técnica, o IPEA e a CEPAL procederão da seguinte forma com relação aos bens adquiridos, aos recursos remanescentes e aos saldos financeiros:

I - os bens adquiridos com recursos destinados à execução deste Compromisso de Cooperação Técnica serão transferidos ao patrimônio do IPEA;

II - a CEPAL devolverá ao IPEA o saldo dos recursos não utilizados e em seu poder, uma vez quitados os compromissos pendentes.

Art.16. Durante a vigência do presente Compromisso de Cooperação Técnica, os bens adquiridos com recursos destinados à sua execução poderão ser transferidos ao patrimônio do IPEA, desde que acordado entre as Partes Compromitentes.

TÍTULO XII

DA VIGÊNCIA

Art.17. O presente Compromisso de Cooperação Técnica entra em vigor na data da sua assinatura e terá duração até 31 de dezembro de 1999, podendo ser prorrogado pelas Partes Compromitentes mediante notificação.

TÍTULO XIII

DA DENÚNCIA

Art.18. O presente Compromisso de Cooperação Técnica poderá ser denunciado por qualquer das Partes Compromitentes por meio de notificação, feita com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias, preservando-se, entretanto, a continuidade das ações e atividades em desenvolvimento.

Parágrafo Único. Havendo denúncia do presente Compromisso de Cooperação Técnica por qualquer das Partes Compromitentes, a CEPAL deverá liquidar, até o 30º (trigésimo) dia útil após a data da rescisão, todos os compromissos assumidos no decorrer da execução deste Instrumento e concluídos antes da referida rescisão, ficando estabelecido que os compromissos assumidos pela CEPAL e não pagos dentro do prazo mencionado no *caput* deste artigo, não poderão ser imputados

ao presente Instrumento e serão automaticamente convertidos em saldo deste e, como tal, deverão ser devolvidos ao IPEA naquela data.

TÍTULO XIV

DA AUDITORIA

Art.19. Os Programas de Trabalho anuais desenvolvidos no contexto deste Compromisso de Cooperação Técnica serão objeto de uma auditoria anual ou sempre que uma das Partes Compromitentes achar necessário.

Parágrafo Único. Deverão sempre estar à disposição dos auditores, no IPEA, todos os documentos de trabalho pertinentes às ações e atividades de cooperação desenvolvidas no âmbito deste Compromisso de Cooperação Técnica.

TÍTULO XV

DA SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

Art.20. As controvérsias surgidas na execução do presente Compromisso de Cooperação Técnica, que não possam ser dirimidas mediante negociações diretas entre as Partes Compromitentes, serão resolvidas por Juízo Arbitral instituído pelas mesmas e custeadas equitativamente por ambas.

TÍTULO XVI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.21. Para as questões não previstas no presente Compromisso de Cooperação Técnica, aplicar-se-ão as disposições do "Acordo Básico de Assistência Técnica entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e a Organização das Nações Unidas, suas Agências Especializadas e a AIEA", de 29 de dezembro de 1964, e do "Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas para o funcionamento do Escritório no Brasil, da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe", de 27 de julho de 1984.

Feito em Brasília, DF, aos 25 dias do mês de abril de 1996, em 5 (cinco) exemplares originais em português e em espanhol, sendo todos os textos igualmente autênticos.

Pelo Governo
da República Federativa do Brasil:



ELIM DUTRA
Diretor da Agência Brasileira
de Cooperação

Pela Comissão Econômica
para a América Latina e o Caribe
(CEPAL):



RENATO COELHO BAUMANN
DAS NEVES
Diretor do Escritório da CEPAL
do Brasil

Pelo Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada:



FERNANDO REZENDE
Presidente

[TRANSLATION — TRADUCTION]

TECHNICAL COOPERATION AGREEMENT¹ BETWEEN THE GOVERNMENT OF BRAZIL AND THE ECONOMIC COMMISSION FOR LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN, BASED ON THE REVISED STANDARD AGREEMENT BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE UNITED STATES OF BRAZIL AND THE UNITED NATIONS, ITS SPECIALIZED AGENCIES AND THE INTERNATIONAL ATOMIC ENERGY AGENCY AND ON THE AGREEMENT BETWEEN THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE UNITED NATIONS ON THE FUNCTIONING OF THE BRASÍLIA OFFICE OF THE ECONOMIC COMMISSION FOR LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN

The Government of the Federative Republic of Brazil and the Economic Commission for Latin America and the Caribbean (hereinafter referred to as “the Contracting Parties”),

Considering:

That cooperation between the Contracting Parties was strengthened by the Revised Standard Agreement between the Government of the United States of Brazil and the United Nations, its specialized agencies and the International Atomic Energy Agency, dated 29 December 1964,² and by the Agreement between the Federative Republic of Brazil and the United Nations on the functioning of the Brasília Office of the Economic Commission for Latin America and the Caribbean, dated 27 July 1984,³

That technical cooperation for the implementation of activities with a focus on economic and social development is of particular interest to the Contracting Parties, and

That cooperation between the Contracting Parties in the above-mentioned area fulfils the goals of the Government of Brazil and the objectives of the Economic Commission for Latin America and the Caribbean;

Agree as follows:

TITLE I

PURPOSE

Article 1

The purpose of this Technical Cooperation Agreement is the provision of technical cooperation by the Economic Commission for Latin America and the Caribbean to the Government of Brazil for the execution of activities with a focus on

¹ Came into force on 25 April 1996, by signature, in accordance with article 17.

² United Nations, *Treaty Series*, vol. 684, p. 248.

³ *Ibid.*, vol. 1885, No. I-32078.

economic and social development in the areas of research, human resources training and other types of technical cooperation such as seminars, symposia, internships and exchanges of experts.

TITLE II

EXECUTION

Article 2

The Government of the Federative Republic of Brazil hereby designates:

I. The Brazilian Cooperation Agency, hereinafter referred to as “ABC”, as the agency responsible for coordinating, monitoring and evaluating the activities carried out under this Technical Cooperation Agreement; and

II. The Institute for Applied Economic Research, hereinafter referred to as “IPEA”, as the agency responsible for proposing and coordinating the activities carried out under this Technical Cooperation Agreement.

Article 3

The Economic Commission for Latin America and the Caribbean, hereinafter referred to as “ECLAC”, hereby designates its Brasília Office as the agency responsible for implementing the activities carried out under this Technical Cooperation Agreement.

TITLE III

IMPLEMENTATION

Article 4

For the implementation of this Technical Cooperation Agreement, ABC, IPEA and ECLAC shall develop jointly, each within its own area of competence, the activities to be carried out under this Agreement.

Article 5

The activities to be carried out under this Technical Cooperation Agreement in order to achieve its purpose shall be specified in annual programmes of work to be prepared by IPEA and submitted to ABC, which shall forward them to ECLAC.

1. The annual programmes of work mentioned in the preceding paragraph shall follow the general principles for technical cooperation and their objectives shall be determined in advance through discussions with ABC, which, as the agency with statutory competence, shall develop and negotiate them with public and private national, foreign and international bodies and entities.

2. The annual programmes of work mentioned in this article may be subject to periodic revision with respect both to the activities undertaken in order to achieve the agreed objective and to the budget allocated for that purpose.

I. Periodic revisions, which shall be effected on the basis of technically substantiated requests, may be proposed:

(a) By IPEA or

(b) By ECLAC.

3. ECLAC shall appoint and retain, on a permanent basis, a Director who shall be in charge of the management, administration and supervision of the activities of its Brasilia Office and responsible for the coordination of the activities of the ECLAC system in Brazil and for the execution of the activities to be carried out under this Technical Cooperation Agreement.

4. The Chairman of IPEA, or a person designated by him, shall be responsible for proposing and coordinating the activities to be carried out under this Technical Cooperation Agreement.

TITLE IV

OBLIGATIONS OF THE CONTRACTING PARTIES

Article 6

The Brazilian Government shall be responsible for:

I. Through ABC:

(a) Requiring the executing agencies to comply with all the provisions of this Technical Cooperation Agreement and of the instruments attached hereto;

II. Through IPEA:

(a) Proposing and coordinating the work to be done on the basis of this Technical Cooperation Agreement;

(b) Defining the outputs to be achieved under each item of the programme of work, which shall be defined by terms of reference and backed by the resources actually provided;

(c) Analysing the terms of reference for each of the outputs to be achieved and, on that basis, indicating the type of consultants to be hired, the time needed to achieve those outputs and the counterpart experts to be involved in that process;

(d) Approving each of the final outputs achieved and requesting the necessary changes;

(e) Preparing progress reports, according to the models established by ABC, for the monitoring of international technical cooperation projects;

(f) Transforming the final outputs into publications, if this is deemed appropriate;

(g) Providing physical space at IPEA headquarters to facilitate the execution of the activities to be carried out under this Technical Cooperation Agreement.

Article 7

ECLAC shall be responsible for:

(a) Executing the activities to be carried out under this Technical Cooperation Agreement;

(b) Selecting the specialists and consultants to be hired under this Technical Cooperation Agreement, in accordance with the relevant administrative and financial procedures and after consulting with ABC and IPEA;

(c) Cooperating with specialists on its regular staff, subject to their availability, or with hired consultants as requested by IPEA, ensuring that the functions of such consultants are compatible with the activities and resources established in the programmes of work and the terms of reference for each of the outputs to be achieved;

(d) Using the facilities available to it as an international body for reciprocal technical cooperation, when so requested by IPEA;

(e) Participating in the monitoring and evaluation of the work done;

(f) Submitting, within 60 days from the expiration of this Technical Cooperation Agreement, a final report on the implementation of its activities and an evaluation of the results achieved;

(g) Organizing and coordinating horizontal technical cooperation programmes in order to disseminate knowledge of the experience gained and the methodologies developed in other countries on matters related to the purpose of this Technical Cooperation Agreement;

(h) Executing the above-mentioned activities through study missions using staff designated by IPEA and involving countries with which the corresponding programmes have been established; these may take the form of missions of officials of those countries to support specific programmes, subject to the availability of the necessary technical staff;

(i) Organizing human resources training activities to be mutually agreed upon with IPEA.

TITLE V

FINANCIAL RESOURCES

Article 8

For the implementation of this Technical Cooperation Agreement, IPEA undertakes to allocate, in the period 1 January 1996 to 31 December 1999, an amount of no less than R\$4,000,000.00 (4 million reais), corresponding to an annual minimum of R\$ 1,000,000.00 (1 million reais), to be disbursed quarterly in accordance with the implementation plans.

1. ECLAC shall contribute an amount equivalent to no less than 50 per cent of the IPEA contribution.

2. The disbursements referred to in the introductory paragraph to this article shall be paid into the account (*Programa 0300900452017-0016: Participação em organismos internacionais — Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)*) (*Programme 0300900452017-0016: Cooperation with international bodies — Economic Commission for Latin America and the Caribbean (ECLAC)*) under Item 347239 — Transfers to international bodies — Other services of third parties — Legal person — of the IPEA budget. Disbursement authorizations shall be issued at the beginning of each financial year to cover disbursements for the period specified in this article.

3. IPEA shall disburse the funds allocated under this Agreement in quarterly instalments in national currency, at the request of the Brasília Office of ECLAC and upon approval of the respective implementation plans and, in any case, as provided in the introductory paragraph to this article.

4. Starting with the third quarterly instalment, the disbursement of funds shall be subject to verification of the expenditures made by ECLAC from the first quarterly instalment; this practice shall be followed for each quarter thereafter.

5. The IPEA contribution shall also be used to cover the costs of support activities necessary for the implementation of this Technical Cooperation Agreement in accordance with the annual programmes of work and with the provisions of the previously approved implementation plans.

6. The balance remaining at the end of each financial year shall be carried over to the following financial year for the duration of this Agreement.

TITLE VI

ECLAC CONTRIBUTION

Article 9

The ECLAC contribution shall consist of:

I. The assignment of four high-level international experts for the implementation of this Technical Cooperation Agreement;

II. The participation of experts from the ECLAC system as provided for in the programme of work;

III. Coverage of the operating costs of the Brasília Office of ECLAC.

Article 10

The execution of commitments made by ECLAC and to be funded from the budget of this Technical Cooperation Agreement shall not extend beyond the period of validity of the Agreement.

TITLE VII

ACCOUNTING AND FINAL REPORTS

Article 11

ECLAC shall account to IPEA for the funds spent under this Technical Cooperation Agreement by means of quarterly technical and financial reports, which shall give an itemized breakdown of expenditures for the period.

1. ECLAC shall also be responsible for submitting a final financial report within 60 days from the end of each financial year and at the end of the period of validity of this Technical Cooperation Agreement.

2. The final accounting of ECLAC expenditures shall be submitted to IPEA within 60 days from the end of the period of validity of this Technical Cooperation Agreement and shall include proof of the use of the funds disbursed by IPEA and of the reimbursement of the unspent balance.

TITLE VIII

STAFF

Article 12

The recruitment of staff by ECLAC for the execution of the activities provided for under this Technical Cooperation Agreement shall be governed by the provisions of the administrative, financial and staff rules and regulations of the United Nations.

TITLE IX

CREDIT FOR PARTICIPATION AND DISSEMINATION OF RESULTS

Article 13

ECLAC and IPEA shall consult each other as to whether to reproduce, publish and disseminate studies and other technical cooperation outputs resulting from this Technical Cooperation Agreement, giving due credit to the contribution made by each of the Contracting Parties.

1. IPEA shall expressly acknowledge the contribution of ECLAC whenever it publicizes the activities carried out in implementation of this Technical Cooperation Agreement. When publishing or disseminating the produced results it shall be strictly prohibited from including or in any way indicating names, brands, symbols, logos, combinations of colours or signs, or images which constitute or might constitute personal or commercial promotion.

TITLE X

AMENDMENTS

Article 14

This Technical Cooperation Agreement may be amended by consent of the Contracting Parties through an exchange of notes.

TITLE XI

PROPERTY AND UNSPENT BALANCES

Article 15

Upon the expiration of this Technical Cooperation Agreement, IPEA and ECLAC shall proceed as follows with respect to property acquired, funds remaining and unspent balances:

1. Property acquired with funds intended for the implementation of this Technical Cooperation Agreement shall be transferred to the assets of IPEA;
2. ECLAC shall reimburse to IPEA the unspent balance of funds remaining in its possession once outstanding commitments have been met.

Article 16

During the period of validity of this Technical Cooperation Agreement, property acquired with funds intended for its implementation may be transferred to the assets of IPEA if so agreed between the Contracting Parties.

TITLE XII

PERIOD OF VALIDITY

Article 17

This Technical Cooperation Agreement shall enter into force on the date on which it is signed and shall remain in force until 31 December 1999. It may be extended by the Contracting Parties through an exchange of notes.

TITLE XIII

DENUNCIATION

Article 18

This Technical Cooperation Agreement may be denounced by either of the Contracting Parties by giving at least six months' advance notice; activities already under way shall continue until the expiration of that period.

1. If either Contracting Party denounces this Technical Cooperation Agreement, ECLAC shall, by the thirtieth (30th) working day from the date of denunciation discharge all commitments entered into during the implementation of the Agreement and concluded prior to its denunciation. Commitments incurred by ECLAC and not discharged by the deadline mentioned in the introductory paragraph to this article may not be charged to this Agreement and the corresponding funds shall automatically become an unspent balance and, as such, be reimbursed to IPEA on that date.

TITLE XIV

AUDITS

Article 19

The annual programmes of work prepared under this Technical Cooperation Agreement shall be audited either annually or whenever one of the Contracting Parties deems necessary.

1. All working documents relating to the cooperation activities carried out under this Technical Cooperation Agreement shall be made permanently available to the auditors at the IPEA office.

TITLE XV

SETTLEMENT OF DISPUTES

Article 20

Disputes arising from the implementation of this Technical Cooperation Agreement which cannot be settled through direct negotiation between the Contracting

Parties shall be settled by a board of arbitration established by the Parties, the costs of which they shall share equitably.

TITLE XVI

GENERAL PROVISIONS

Article 21

Any issues not covered in this Technical Cooperation Agreement shall be covered by the provisions of the Revised Standard Agreement between the Government of the United States of Brazil and the United Nations, its specialized agencies and the International Atomic Energy Agency, dated 29 December 1964, and of the Agreement between the Government of the Federative Republic of Brazil and the United Nations on the functioning of the Brasília Office of the Economic Commission for Latin America and the Caribbean, dated 27 June 1984.

DONE at Brasília on 25 April 1996 in five originals in the Portuguese and Spanish languages, all texts being equally authentic.

For the Government
of the Federative Republic of Brazil:

ELIM DUTRA

Director,
Brazilian Cooperation Agency

For the Economic Commission
for Latin America and the Caribbean:

RENATO COELHO BAUMANN
DAS NEVES

Director,
Brasília Office of ECLAC

For the Institute
for Applied Economic Research:

FERNANDO REZENDE
Chairman

[TRADUCTION — TRANSLATION]

ACCORD¹ DE COOPÉRATION TECHNIQUE ENTRE LE GOUVERNEMENT BRÉSILIEN ET LA COMMISSION ÉCONOMIQUE POUR L'AMÉRIQUE LATINE ET LES CARAÏBES, FONDÉ SUR L'ACCORD TYPE D'ASSISTANCE TECHNIQUE ENTRE LE GOUVERNEMENT DES ÉTATS-UNIS DU BRÉSIL ET L'ORGANISATION DES NATIONS UNIES, SES INSTITUTIONS SPÉCIALISÉES ET L'AIEA, AINSI QUE SUR L'ACCORD ENTRE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET L'ORGANISATION DES NATIONS UNIES, RELATIF AU FONCTIONNEMENT DU BUREAU DE LA COMMISSION ÉCONOMIQUE POUR L'AMÉRIQUE LATINE ET LES CARAÏBES

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et la Commission économique pour l'Amérique latine et les Caraïbes, (ci-après dénommées les « Parties contractantes »),

Considérant :

Que les relations de coopération entre les Parties contractantes ont été renforcées dans le cadre de l'« Accord type d'assistance technique entre le Gouvernement des États-Unis du Brésil et l'Organisation des Nations Unies, ses institutions spécialisées et l'AIEA » du 29 décembre 1964², ainsi que de l'« Accord en date du 27 juillet 1984³ entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et l'Organisation des Nations Unies, relatif au fonctionnement du Bureau de la Commission économique pour l'Amérique latine à Brasilia »;

Que la coopération technique visant à la réalisation concrète de programmes dont le but est essentiellement le développement économique et social revêt un intérêt particulier pour les Parties contractantes;

Que la coopération entre les Parties contractantes dans ce domaine répond aux objectifs recherchés par le Gouvernement du Brésil ainsi qu'aux objectifs de la Commission économique pour l'Amérique latine et les Caraïbes;

Sont convenus de ce qui suit :

TITRE PREMIER

OBJET

Article premier

Le présent Accord de coopération technique a pour but la prestation d'une coopération technique par la Commission économique pour l'Amérique latine et les Caraïbes au Gouvernement brésilien, en vue de la réalisation de programmes dont le

¹ Entré en vigueur le 25 avril 1996 par la signature, conformément à l'article 17.

² Nations Unies, *Recueil des Traités*, vol. 684, p. 248.

³ *Ibid.*, vol. 1885, n° I-32078.

but est essentiellement le développement économique et social, dans les domaines de la recherche, de la formation des ressources humaines et d'autres modalités de la coopération technique, par exemple la tenue de séminaires, de symposiums ou de stages et l'échange de techniciens.

TITRE II

EXÉCUTION

Article 2

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil désigne :

I. L'Agence brésilienne de coopération, ci-après dénommée « ABC », en tant qu'institution chargée de la coordination, de l'accompagnement et de l'évaluation des actions menées en vertu du présent Accord de coopération technique; et

II. L'Institut de recherche économique appliquée, ci-après dénommé « IPEA », en tant qu'institution responsable de la proposition et de la coordination des actions à mener en vertu du présent Accord de coopération technique.

Article 3

La Commission économique pour l'Amérique latine et les Caraïbes, ci-après dénommée la « CEPAL », désigne son Bureau au Brésil en tant qu'institution chargée de la mise en œuvre des actions menées en vertu du présent Accord de coopération technique.

TITRE III

MISE EN ŒUVRE

Article 4

En vue de la mise en œuvre du présent Accord de coopération technique, l'ABC, l'IPEA et la CEPAL mèneront conjointement, dans la mesure de leurs compétences, les actions et activités résultant dudit instrument.

Article 5

Les actions et activités menées dans le cadre du présent Accord de coopération technique seront, afin d'atteindre l'objectif, précisées dans des programmes de travail annuels élaborés par l'IPEA et soumis à l'ABC qui les transmettra à la CEPAL.

Paragraphe 1. Les programmes de travail annuels mentionnés ci-dessus s'inscriront dans les principes généraux de la coopération technique et devront être débattus au préalable pour en définir précisément l'objet avec l'ABC qui, en vertu de sa compétence réglementaire, les coordonnera et les négociera avec les organes et entités nationaux, étrangers et internationaux, publics ou privés.

Paragraphe 2. Les programmes de travail annuels dont il est question dans le présent article pourront faire l'objet de révisions périodiques, en ce qui concerne tant les activités prévues pour atteindre l'objectif recherché que le budget arrêté en vue de leur exécution.

I. Les révisions périodiques, auxquelles il devra être procédé suite à des demandes justifiées pour des motifs techniques, pourront être proposées :

- a) Par l'IPEA; et
- b) Par la CEPAL.

Paragraphe 3. La CEPAL désignera et rémunérera de façon permanente un Directeur qui aura pour charge de diriger, administrer et orienter les activités de son Bureau au Brésil et répondra de la coordination des activités de la CEPAL au Brésil ainsi que la mise en œuvre des actions résultant du présent Accord de coopération technique.

Paragraphe 4. Le Président de l'IPEA, ou la personne désignée par lui, aura pour charge de proposer et coordonner les activités du présent Accord de coopération technique.

TITRE IV

OBLIGATIONS DES PARTIES CONTRACTANTES

Article 6

Il appartiendra au Gouvernement brésilien :

I. Par l'intermédiaire de l'ABC :

a) D'exiger des organismes exécutants qu'ils se conforment à toutes les clauses de l'Accord de coopération technique ainsi que des textes qui y seront annexés;

II. Par l'intermédiaire de l'IPEA :

a) De proposer et de coordonner les travaux à exécuter sur la base du présent Accord de coopération technique;

b) De définir les résultats à obtenir dans le cadre de chaque point du programme de travail, qui le seront sous la forme de mandats et obtenus en fonction des ressources effectivement dégagées;

c) D'étudier les mandats correspondant à chacun des résultats à obtenir et, en conséquence, de définir le profil des consultants à engager, les délais nécessaires pour obtenir ces résultats et les techniciens de contrepartie appelés à participer à la réalisation de ces résultats;

d) D'approuver chacun des résultats finals obtenus et d'en demander les modifications nécessaires;

e) D'établir des rapports sur l'avancement des travaux, selon les modèles définis, à l'intention de l'ABC, en vue de l'accompagnement des projets de coopération technique internationale;

f) De publier les résultats obtenus, s'il le juge nécessaire;

g) De fournir, au siège de l'IPEA, des locaux en vue d'assurer l'exécution des actions et activités à mener sur la base du présent Accord de coopération technique.

Article 7

Il appartiendra à la CEPAL :

a) De mettre en œuvre les actions résultant du présent Accord de coopération technique;

b) De choisir, sur contrat, les spécialistes et les consultants nécessaires pour la mise en œuvre du présent Accord de coopération technique, en respectant les formalités administratives et financières en la matière moyennant consultation préalable de l'ABC et de l'IPEA;

c) De coopérer avec les spécialistes de son personnel régulier, selon les disponibilités de son programme, ou avec les consultants engagés sous contrat, conformément aux demandes de l'IPEA, en adaptant leurs fonctions aux activités et aux ressources définies dans les programmes de travail et dans les mandats correspondant à chaque résultat recherché;

d) De tirer parti des facilités dont elle dispose en tant qu'organisme international de coopération technique réciproque, sur la demande de l'IPEA;

e) De participer à l'accompagnement et à l'évaluation des travaux exécutés;

f) De présenter, dans un délai de soixante (60) jours à compter de l'expiration du présent Accord de coopération technique, un rapport final sur l'exécution de ses activités ainsi qu'une évaluation des résultats obtenus;

g) D'organiser et de coordonner des actions de coopération technique horizontale, qui permettront de connaître les expériences et les méthodes utilisées dans d'autres pays pour des activités apparentées à l'objet du présent Accord de coopération technique;

h) De s'acquitter des actions précitées par le biais de missions d'étude qui feront appel à un personnel désigné par l'IPEA qui seront destinées aux pays avec lesquels seront mis en place des programmes à cet effet et qui pourront être des missions de fonctionnaires desdits pays venant en soutien de tels ou tels programmes, en fonction des disponibilités du personnel technique en question;

i) De mener des actions de formation de ressources humaines, en concertation avec l'IPEA.

TITRE V

RESSOURCES FINANCIÈRES

Article 8

En vue de la mise en œuvre du présent Accord de coopération technique, l'IPEA s'engage à consacrer, du 1^{er} janvier 1996 au 31 décembre 1999, au moins 4 000 000 (quatre millions) de réaux, représentant au moins 1 000 000 (un million) de réaux annuels dégagés chaque trimestre conformément aux plans d'exécution.

Paragraphe 1. La contribution de la CEPAL sera au minimum équivalente à 50 % (cinquante pour cent) de la participation financière de l'IPEA.

Paragraphe 2. Les dépenses visées en exergue du présent article seront imputées sur le compte du « Programme — 03. . . — Participation à l'action des organismes internationaux — Commission économique pour l'Amérique latine et les Caraïbes (CEPAL) », poste 347239 — Transferências a Organismos Internacionais — Outros Serviços de Terceiros — Pessoa Jurídica, au débit du compte de l'IPEA, les avis d'engagement devront être émis au début de chaque exercice financier en vue de la couverture des dépenses visées pour la période spécifiée dans le présent article.

Paragraphe 3. L'IPEA dégagera des ressources aux fins du présent Accord par tranches trimestrielles, en monnaie nationale et sur la demande du Bureau de la CEPAL au Brésil, après approbation des plans d'exécution respectifs, en respectant dans tous les cas les dispositions prévues dans l'exergue du présent article.

Paragraphe 4. A partir de la 3^e (troisième) tranche, incluse, la libération des ressources sera subordonnée à l'approbation par la CEPAL des dépenses effectuées au titre de la 1^{re} (première) tranche libérée, et ainsi de suite.

Paragraphe 5. La participation financière de l'IPEA a également pour but de faire face aux dépenses liées aux actions de soutien, nécessaires à la mise en œuvre du présent Accord de coopération technique, conformément aux programmes de travail annuels et aux plans d'exécution approuvés au préalable.

Paragraphe 6. Le solde de chaque exercice financier sera reporté sur l'exercice suivant pendant toute la durée du présent Accord.

TITRE VI

CONTRIBUTION DE LA CEPAL

Article 9

La contribution de la CEPAL consistera :

- I. En l'affectation de quatre techniciens internationaux de haut niveau en vue de la mise en œuvre du présent Accord de coopération technique.
- II. En la participation éventuelle de techniciens de la CEPAL, quand elle sera prévue dans les programmes de travail.
- III. En le financement des dépenses de fonctionnement du Bureau de la CEPAL au Brésil.

Article 10

Les engagements assumés par la CEPAL qui seront financés au moyen des ressources affectées au présent Accord de coopération technique, ne pourront, pour son exécution, dépasser la durée de validité de ce texte.

TITRE VII

REMISE DES COMPTES ET DU RAPPORT FINAL

Article 11

La CEPAL présentera à l'IPEA les comptes relatifs à l'utilisation des ressources au titre du présent Accord de coopération technique, moyennant des rapports techniques et financiers présentés chaque trimestre avec le détail des dépenses effectuées dans la période.

Paragraphe 1. La CEPAL s'engage en outre à présenter un rapport financier final dans les soixante (60) jours suivant la fin de chaque exercice financier et au moment de l'expiration du présent Accord de coopération technique.

Paragraphe 2. L'état final des dépenses effectuées par la CEPAL devra être remis à l'IPEA au plus tard le soixantième (60^e) jour après l'expiration du présent

Accord et il devra en ressortir une démonstration de l'application des ressources transférées par l'IPEA, ainsi que la preuve du remboursement du solde non utilisé.

TITRE VIII

PERSONNEL

Article 12

L'engagement de personnel par la CEPAL en vue de la réalisation des activités prévues dans le cadre du présent Accord de coopération technique sera régi par les dispositions des règlements administratif, financier et du personnel de l'Organisation des Nations Unies.

TITRE IX

RECONNAISSANCE DES PARTICIPATIONS ET PUBLICITÉ

Article 13

La CEPAL et l'IPEA se consulteront au sujet de l'opportunité de reproduire, publier et divulguer les travaux et autres résultats de la coopération technique obtenus dans le cadre du présent Accord de coopération technique, en reconnaissant dûment la participation de chacune des Parties contractantes.

Paragraphe unique. L'IPEA s'engage à faire connaître expressément la participation de la CEPAL dans toute publicité faite aux activités menées dans le cadre de la mise en œuvre du présent Accord de coopération technique, en s'interdisant expressément d'inclure ou, de quelque façon, de faire ressortir, dans la publication ou la diffusion des travaux qui en découlent, des noms, des marques, des symboles, des logos, des combinaisons de couleurs ou de signes, ou encore des images qui caractériseraient ou pourraient caractériser la promotion de marques personnelles ou commerciales.

TITRE X

AMENDEMENT

Article 14

Le présent Accord de coopération technique pourra être modifié par accord entre les Parties contractantes, moyennant notification.

TITRE XI

BIENS ET SOLDES FINANCIERS

Article 15

A l'expiration du présent Accord de coopération technique, l'IPEA et la CEPAL procéderont de la façon suivante en ce qui concerne les biens acquis, le solde des ressources et les soldes financiers :

I. Les biens acquis au moyen de ressources destinées à la mise en œuvre du présent Accord de coopération technique seront transférés à l'actif de l'IPEA;

II. La CEPAL remettra à l'IPEA le solde des ressources non utilisées et qu'elle détient, une fois acquittées les obligations en suspens.

Article 16

Pendant la durée du présent Accord de coopération technique, les biens acquis au moyen de ressources destinées à sa mise en œuvre pourront être transférés à l'actif de l'IPEA lorsque les Parties contractantes en seront convenues.

TITRE XII

DURÉE

Article 17

Le présent Accord de coopération technique entrera en vigueur à la date de sa signature et prendra effet jusqu'au 31 décembre 1999; il pourra être reconduit par les Parties contractantes moyennant notification.

TITRE XIII

DÉNONCIATION

Article 18

Le présent Accord de coopération technique pourra être dénoncé par l'une ou l'autre des Parties contractantes moyennant notification avec un préavis minimum de cent quatre-vingt (180) jours, les actions et activités en cours se poursuivant dans l'intervalle.

Paragraphe unique. Lorsque le présent Accord de coopération technique aura été dénoncé par l'une ou l'autre des Parties contractantes, la CEPAL devra liquider, dans les trente (30) jours ouvrables suivant la date d'expiration, tous les engagements assumés en vue de la mise en œuvre de l'instrument et conclus avant cette expiration, étant entendu que les engagements assumés par la CEPAL et non liquidés dans le délai mentionné plus haut ne pourront être imputés sur le présent instrument et seront automatiquement convertis en soldes et, en tant que tels, imputés à l'IPEA à cette date.

TITRE XIV

AUDIT

Article 19

Les programmes de travail annuels exécutés dans le cadre du présent Accord de coopération technique feront l'objet d'un audit annuel ou toutes les fois que l'une des Parties contractantes le jugera nécessaire.

Paragraphe unique. Il y aura lieu dans tous les cas de mettre à la disposition des auditeurs, à l'IPEA, tous les documents de travail concernant les actions et activités de coopération menées dans le cadre du présent Accord de coopération technique.

TITRE XV

RÈGLEMENT DES DIFFÉRENDS

Article 20

Les différends auxquels donneraient lieu l'exécution du présent Accord de coopération technique et qui ne pourraient être résolus moyennant des négociations directes entre les Parties contractantes, le seront par un tribunal arbitral constitué par ces parties et dont les frais seront partagés à égalité entre elles.

TITRE XVI

DISPOSITIONS GÉNÉRALES

Article 21

Toutes questions non expressément prévues dans le présent Accord de coopération technique seront réglées selon les dispositions de l'« Accord type d'assistance technique entre le Gouvernement des États-Unis du Brésil et l'Organisation des Nations Unies, ses institutions spécialisées et l'AIEA » du 29 décembre 1964 et par celles de l'« Accord du 27 juillet 1984, entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et l'Organisation des Nations Unies relatif au fonctionnement du Bureau, à Brasília, de la Commission économique pour l'Amérique latine et les Caraïbes ».

FAIT à Brasília, D.F., le 25 avril 1996 en cinq (5) exemples originaux en portugais et en espagnol, les deux textes faisant également foi.

Pour le Gouvernement
de la République fédérative du Brésil :

Le Directeur de l'agence brésilienne
de coopération,
ELIM DUTRA

Pour la Commission économique
pour l'Amérique latine et les Caraïbes
(CEPAL) :

Le Directeur du Bureau de la CEPAL
au Brésil,
RENATO COELHO BAUMANN
DAS NEVES

Pour l'Institut
de recherche économique appliquée :

Le Président,
FERNANDO REZENDE
